Diálogos de Ficção e História: Tradição e modernidade no *Grande Sertão* de Guimarães Rosa

EVERTON DEMETRIO
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO
Este artigo tem por objetivo analisar certo episódio do romance *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, comumente conhecido e denominado como *julgamento de Zé Bebelo*, pensando-o como alegoria de momento singular da história republicana nacional, buscando refletir a respeito das convulsões político-institucionais que marcaram a passagem do Império para a República, na qual atraso e modernidade ocupavam seus papéis encarnando respectivamente uma nostálgica ordem imperial e progressista ordem republicana. Pretende-se enfim, compreender até que ponto o espaço conformado em *Grande Sertão: Veredas* alegoriza a confrontação entre as dimensões rural e urbana contrastantes na tentativa de estabelecerem sua identidade, num momento de transição política e ideológica para a nação.

PALAVRAS-CHAVE
Guimarães Rosa; Tradição e modernidade; Ficção e história

Dialogues Fiction and History: Tradition and modernity in the *Great Wilderness* of Guimarães Rosa

ABSTRACT
This article aims to analyze certain episode of the novel *Grande Sertão: Veredas*, of João Guimarães Rosa, commonly known and called as the trial of Zé Bebelo, thinking it as an allegory of the singular moment of national republican history, trying to think about the political convulsions institutional-that marked the transition from Empire to Republic, where backwardness and modernity took their roles respectively embodying a nostalgic imperial order and progressive republican order. Want to finally understand the extent to which the space conformal *Grande Sertão: Veredas* allegorizes confrontation between rural and urban dimensions contrasting attempt to establish their identity at a time of political and ideological transition for the nation.

KEYWORDS: Guimarães Rosa; Tradition and modernity; fiction and history

> Nós, os homens do sertão, somos fabulistas por natureza. Está no nosso sangue narrar estórias. (...) Desde pequenos, estamos constantemente escutando as narrativas multicoloridas dos velhos, os contos e lendas, e também nos criamos em um mundo que às vezes pode se assemelhar a uma lenda cruel. (...) Eu trazia sempre os ouvidos atentos, escutava tudo o que podia e comecei a transformar em lenda o ambiente que me rodeava, porque este, em sua essência, era e continua sendo uma lenda. (...) Disse a mim mesmo que sobre o sertão não se podia fazer "literatura" do tipo corrente, mas apenas escrever lendas, contos, confissões.
>
> *João Guimarães Rosa (Carta a Gunter Lorenz)*

A elaboração de um texto que se preocupe com o debate sobre a possibilidade da utilização da literatura enquanto objeto de compreensão de eventos históricos, da própria História em si – guardadas as devidas proporções inerentes a cada campo de estudo –, deve-se à ideia de que as relações entre a história e a literatura constituem um campo de investigação que se apresenta de forma expressiva no âmbito da História Cultural. Assim, o historiador que passa a ter a sua disposição uma multiplicidade de novas fontes, se depara também com a ideia de como utilizá-las na escrita da história. Ampliando seu campo de conhecimento enquanto possibilidade de problematizar o passado e o presente, buscando articulações entre ideias e experiências, os historiadores estão inseridos em uma era demarcada por linhas indefinidas e pelo anseio do novo, na busca de um "discurso de vozes compartilhadas" (Cf. BURKE, 2002: 23).

Destarte, propomo-nos a intervir nas delicadas fronteiras da literatura com a história, reconhecendo com isto, a capacidade de representação da realidade contida no discurso literário; contudo, não nos interessa aqui precisar qualquer predomínio entre literatura e história, mas sim precisar o lugar de onde se formulam as questões. Segundo a História Cultural, as relações entre a história e a literatura ocorrem segundo aproximações e distanciamentos, já que ambas constituem formas de dizer o mundo, compondo "registro fino de sensibilidade sobre o real" (PESAVENTO, 2007: 7).

Sertanejo de nascimento, médico de formação, diplomata e escritor, João Guimarães Rosa foi um grande inovador das letras nacionais, fazendo convergir na sua escrita o registro fino da experiência no sertão e no mundo com a fabulação do universo sensorial. Não só de fabulação vive o texto literário, como nos adverte Wolfgang Iser, visto haver "no texto ficcional muita realidade que

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional" (ISER, 1996:14).

É a lenda, o conto, a fábula a condição mesma do mundo em que nasce o habitante do sertão rosiano. Narrativa prenhe de símbolos que forja para dar vida, fazer nascer o *locus* que distingue dos demais. É ele narrador, tanto quanto aborígine, condição que lhe permite fazer "confissões". João Guimarães Rosa congrega em *Grande Sertão: Veredas* – sua obra máxima – elementos de diversas procedências na construção de um romance que se abre as mais variadas perspectivas.

Em seu ensaio *O homem dos avessos*, Antonio Candido declara que em *Grande Sertão: Veredas* há de tudo para quem souber ler (Cf. CANDIDO, 2006a: 111): "romance de aventuras, análise da paixão amorosa, retrato original do sertão brasileiro, invenção de um espaço quase mítico, reflexão sobre o destino do homem, expressão de angústia metafísica, etc" (CANDIDO, 2006b: não paginado). O conjunto destas disposições temáticas parece apagar-se em face da dimensão linguística que toma conta da obra rosiana. De todo modo, nem só de linguagem se faz a obra do autor mineiro.

Adotamos como proposta apresentar uma leitura do texto rosiano focalizando a dimensão histórica que integra o espaço narrativo de *Grande Sertão: Veredas*. Texto essencialmente calcado no espaço, o que é percebido de saída, no seu título, que apresenta essa perspectiva de olhar a ser direcionado à obra, o romance, principalmente em sua relação de ambivalência entre o urbano e o rural, pode indicar que as travessias de Riobaldo pelo sertão configuram uma espécie de retrato do Brasil, no processo de sua formação e constituição nacional. Ao escrever *Grande Sertão: Veredas,* Rosa está inserido e se insere em contextos históricos que não merecem ser menosprezados – pelo menos – nesta análise. Rosa situa o romance no período entre o fim do Império e a República Velha, compreendendo eventos que marcaram profundamente a vida política e social do país, tais como as instabilidades do novo regime, as crises políticas, institucionais e econômicas e as sombras da velha "ordem imperial". Marcas estas que podem ser lidas enquanto urdidores da escritura rosiana, não convertem, porém, a narrativa do *Grande Sertão* numa alegorização plena da história da Primeira República.

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

O que nos apresenta como possibilidade para colocação de um problema considera a alegoria como uma dimensão presente na obra em questão, mas não uma totalidade narrativa; dimensão pouco apreciada e referida pela crítica tem nos trabalhos de Luiz Roncari[i] sua expressão mais elaborada. A partir da interpretação de um dos eventos mais importantes da obra – um *Tribunal* no seio do *Sertão* – buscamos refletir a respeito das convulsões político-institucionais que caracterizaram a passagem do Império para a República, na qual atraso e modernidade ocupavam seus papéis encarnando respectivamente uma nostálgica ordem imperial e progressista ordem republicana.

Entre o desejo de construir uma nação fundada sobre a ordem e a modernidade e os elementos que constituíam o Império enquanto regime de exceção – o imenso poder pessoal de D. Pedro II, o favoritismo, gerador de escândalos de corrupção, a centralização política e a ausência de representatividade eleitoral, esta marcada pelo uso da violência e das fraudes –, a constituição da modernidade no Brasil passaria pela superação de uma realidade caracterizada pela convivência de ideias que remetiam ao progresso com práticas sociais, políticas, institucionais que revelavam a presença pungente de velhas estruturas.

Em face disso, as representações constituídas em *Grande Sertão: Veredas* demarcam um sertão deslocado dentro do novo contexto nacional. Periférico e atrasado, incidentes impróprios de sociedades modernas, constitui-se espaço distinto em razão da presença de bandos jagunços dispondo da violência a mando de potentados locais (chefes latifundiários) enquanto recurso de ordenação social e perpetuação política; o povoamento disperso e pouco numeroso em lugar das cidades; a propriedade e o trabalho informal contraposto à legalidade do trabalho assalariado; a força do coronelismo contra os princípios constitucionais da República; a ética constituída pela convivência contra as instituições legais. Desse modo, a matéria ficcional está aqui assentada numa matéria histórica dotada de contrastes (Cf. GALVÃO, 1986). Elementos excluídos pela modernidade republicana veem-se atualizados em *Grande Sertão: Veredas*, desnudando contradições e limites que a modernidade encontra para se estender no sertão durante a República Velha.

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

De valor para a historiografia fica a necessidade sempre presente de, através dos desarranjos da modernidade brasileira, pensar os caminhos de formatação da nacionalidade. A literatura do escritor mineiro serve aqui como fonte mediatizadora para este debate. Sem, no entanto, reduzir o texto literário a mera condição de reflexo da realidade, a narrativa fictícia fornece esquemas de interpretação dos processos sociais, sugerindo possibilidades de repensar o real. Personagens e eventos na obra conferem corpo e expressam conflitos característicos da formação histórica do país e que figuram centrais no conturbado processo de construção de uma cultura política nacional.

Em tudo mencionado, *Grande Sertão: Veredas* alegoriza uma realidade sertaneja insuficientemente amadurecida para a modernidade; limitações à ação política civilizadora de um *Zé Bebelo* – personagem representativo da incapacidade de unificação nacional –, sobretudo quando o tempo histórico em que ele desenvolve a sua ação civilizadora está entre a queda da monarquia e os *inícios* da prematura experiência republicana. Imbuído, então, dessa dimensão civilizacional, Bebelo representa o fracasso da modernidade em converter o sertão, porque não o próprio Brasil, aos usos e necessidades modernas.

Em todo caso, interessa-nos corroborar, como também avançar naquilo que é proposto por Roncari, no sentido de pensar a personagem Riobaldo – narrador do romance – como mediador. Espécie de alter-ego do escritor mineiro, Riobaldo assume a posição de personagem transculturador; apesar de agregar valores identificados com a urbanidade não anseia fazê-los prevalecer em detrimento dos valores da cultura sertaneja, mas antes, busca o trânsito entre estas duas esferas culturais, num processo de afirmação da cultura e dos valores do sertão, bem como, considerando a afluência de elementos modernos naquele espaço. Destarte, agindo em perspectiva transculturadora, Guimarães Rosa cria o personagem Riobaldo enquanto mediador de duas esferas culturais, numa espécie de dialética das culturas.

OS VIVENTES, SEUS AVATARES

Para melhor interpretação dos motivos de leitura que se dão neste trabalho, lançamos mão neste item da análise das personagens do romance e

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

suas posições em face da dialética das relações entre o mundo do sertão e a "nova ordem" republicana. Os personagens encenam o diálogo entre duas civilizações, duas visões de mundo divergentes; exceto Riobaldo, ser marcado pela ambiguidade, que oscilará de uma margem a outra, cruzando e tocando as duas realidades conflituosas, em contato tanto com a ordem republicana quanto com a "ordem jagunça", sendo ele próprio duplo em sua condição humana.

Riobaldo, jagunço que atrai para si destino contraditório aos termos de uma vida sertaneja, para armas e letras, tem no padrinho Selorico Mendes via de acesso para a violência e a desordem personificadas na condição jagunça, bem como, para o que significa de civilidade a condição de letrado assumida por este. A partir do padrinho, estabelece o primeiro contato com estas duas ordens instrumentais, a de jagunço e a de letrado.

A ideia de oferecer instrução escolar ao afilhado deriva-se da admiração que tem Selorico pela jagunçagem, interesse que pretende transmitir a Riobaldo ao passo que oferece comprovação documental. No entanto, Riobaldo não sabia ler, fato que impossibilitava sua interação e entendimento com a prova que o padrinho apresentava de suas antigas relações com famoso chefe de jagunço:

> "– Neco? Ah! Mandou mais que Renovato, ou o Lióbas, estrepuliu mais que o João Brandão e os Filgueiras..." e meu padrinho me mostrou um papel com escrita de Neco – era recibo de seis ancores com pólvora e uma remessa de iodureto – a assinatura rezava assim: Manoel Tavares de Sá.
> Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Curralinho, para ter escola (Grande Sertão: Veredas, 2001: 129)[ii].

Querendo ser outro, Selorico Mendes fantasiava também outra vida. Apesar de fazendeiro bem sucedido e estabelecido, vivia insatisfeito consigo mesmo por não ter sido ou ser como os grandes chefes jagunços que tinha conhecido e admirava; sofria igualmente com a nova situação dos proprietários rurais, por terem suas fazendas agora num lugar e num tempo onde não imperava mais a ordem jagunça, da qual vivia uma espécie de nostalgia (Cf. RONCARI, 2004: 72).

> Nunca falou em minha mãe. Nas coisas de negócios e uso, no lidante, também quase não falava. Mas gostava de conversar, contava casos. Altas artes de jagunços – isso ele amava constante – histórias.
> – Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz,

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

> e sou homem particular. Mas adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras no trabuco e na carabina escopetada! Domingos Touro, no Alambiques, Major Urbano na Macaça, os Silva Salles na Crondeúba, no Vau-Vau dona Próspera Blaziana. Dona Adelaide no Campo Redondo, Simão Avelino na Barra-da-Vaca, Mozar Vieira no São João do Canastrão, o Coronel Camucim nos Arcanjos, comarca de Rio Pardo, e tantos, tantos. Nisto que extrema de cada fazenda some e surge um camarada, de sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no Barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros: ver São Francisco da Arrelia, Januária, Cariranha, Urubu, Pilão Arcado, Chique-chique e Sento Sé (GSV: 127-8).

A nostalgia identificada na figura de Selorico Mendes, padrinho de Riobaldo, não se dava unicamente em razão do fim dos bandos jagunços, mas de forma geral, pelo encerramento gradual que se dava quando da passagem do Império para a República (mudanças nas leis eleitorais, buscando redefinir a cidadania) de uma *ordem jagunça*[iii], quando todos se encaixavam e se orientavam dentro e por meio desta. Nostalgia de uma época dominada pelos potentados locais no usufruto da violência enquanto estratégia política face ao governo central, dispondo como bem entendessem do poder de mando, sem partilha com os poderes oficiais, em especial com os governadores dos Estados. Tão logo se instala a República Velha, esses grupos veem limitados seus poderes pelas alterações na legislação eleitoral (Cf. RONCARI, 2004: 73).

Mediante intervenções de Riobaldo, essa suposta ordem jagunça é questionada, mesmo quando o padrinho identifica estes como ordeiros, opondo descrição contrária em que a ordem se converte em desordem, posto que se via vinculado a um passado onde as leis pouco ou nada regulavam. Daí a vida desregulada dos jagunços em plena República que se proclamara sobre os princípios da ordem e das leis.

> ...as ruindades de regra que executavam em tanto pobrezinhos arraiais: baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas, não economizando as crianças pequenas, atirando na inocência do gado, queimando pessoas ainda meio vivas, na beira de estragos de sangue... Esses não vieram do inferno? (GSV: 65).

Pouco mais adiante, Riobaldo define os termos dessa ordem jagunça:

> Jagunço é isso. Jagunço não se escrabeia com perda nem derrota – quase que tudo para ele é igual. Nunca vi. Pra ele a vida já está assentada: comer, beber, apreciar mulher, brigar, e o fim final. E todo mundo não presume

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

> assim? Fazendeiro também? Querem é trovão em outubro e a tulha cheia de arroz (GSV: 72).

Essa suposta *ordem* aparece no discurso de Riobaldo enquanto contraposição da ordem civil e jurídica representada pelas cidades, tais como Januária, que encarnavam um novo modo de vida urbana, característico do discurso progressista advindo com a República. Discurso marcado pelas sucessivas tentativas de redefinição da cidadania e instituição de uma civilização moderna no país por meio das leis. Ordem jagunça esta baseada essencialmente na força e em interesses particulares de acumulação de bens pelos grandes chefes latifundiários. Sucesso ou fracasso, ascensão política e econômica, estão diretamente relacionados com as alianças e proteções que conseguiam desenvolver; há que se considerar o papel da violência no processo de sobreposição de chefias e governo neste universo do sertão. De tal modo que a nostalgia de Selorico Mendes indica um *processo de idealização e mistificação desses bandos*, entendendo a experiência junto a tais bandos enquanto carregada de heroísmo e coragem (Cf. RONCARI, 2004: 74).

A condição de letrado adquirida por Riobaldo em espaço privilegiado da educação civil e moderna, o espaço urbano, em oposição ao meio rural como espaço de iletrados e das resoluções violentas, o faz ingressar num universo fundado nos valores da razão e do conhecimento, que premiava a competência e a inteligência com o prestígio. No plano da narrativa, portanto, Riobaldo enquanto narrador assume o prazer de *especular ideias*, característica evidenciada no sujeito "esclarecido" pelo conhecimento letrado: "as interrogações que formula sobre o sentido de sua experiência configuram a pergunta pelo sentido da vida típica do romance burguês, voltado para os significados da experiência individual no espaço moderno do trabalho e da cidade capitalista" (ARRIGUCCI JR., 1994: 19). Instaura-se um contrassenso se levarmos em consideração o fato de que o empenho de esclarecimento parte justamente de um ser participante de uma região em princípio atrasada; "isto define um dos aspectos fundamentais da obra e nos leva ao coração da mescla, fazendo ressaltar suas articulações profundas com o contexto histórico-social do sertão (e do País) a que remete" (ARRIGUCCI JR., 1994: 20).

Quando da fuga de Riobaldo da casa de seu pai, desejoso da liberdade de idas e vindas dos bandos jagunços que verá por ali passarem, seu antigo preceptor arranja-lhe emprego como professor, numa fazenda distante. O dono desta é o fazendeiro Zé Bebelo, que para o resto da vida chama Riobaldo pelo título de professor. "E ele me apresentava com a honra de: Professor Riobaldo, secretário sendo" (GSV: 147).

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

Zé Bebelo, que, figurando ao lado de Riobaldo e Joca Ramiro, constitui-se enquanto um dos personagens definidores do momento histórico que vivenciava o país, emerge no romance enquanto princípio de centralização nacional, encarnando o espírito regenerador da recém instalada República: *Ordem e Progresso*. Representação da ordem, da civlização em espaço marcado pela violência (barbárie).

Zé Bebelo define em termos hediondos a ordem jagunça, deixando evidente seu projeto de instituir a civilização legal no sertão barbarizado pelas ordas jagunças. Em trecho narrado por Riobaldo, Zé Bebelo expõe seus objetivos:

> – Sei seja de se anuir que sempre haja vergonheira de jagunços, a sobrecorja? Deixa, que daqui a uns meses, nesse nosso Norte não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça, só para tudo destruirem do civilizado legal! Assim dizendo, na verdade sentava o dizer, com ira razoável. A gente devia mesmo de reprovar os usos de bando em armas invadir cidades, arrasar o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada morras e aí soltando foguetes! Até não arrombavam pipas de cachaça diante de igreja, ou isso de se expor padre sacerdote nu no olho da rua, e ofender as donzelas e as familias, gozar senhoras casadas, por muitos homens, o marido obrigado a ver? Ao quando falava, com o fogo puxado de si, Zé Bebelo tinha de se esbarrar... (GSV: 146-7).

Bebelo exagera seus objetivos a fim de acabar com a jagunçagem (utilizando jagunços) e pacificar o sertão; em beneficio do progresso e da ordem, visando introduzir naquele espaço os ganhos da civilização dita moderna: "Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas" (GSV: 147). Era um projeto antigo, conforme aponta ABENSOUR (1992), e "acompanhava a vida de Zé Bebelo, talvez desde sempre, como uma espécie de vocação missionária provocada, principalmente, pela repugnância inata que sentia diante da esmagadora multiplicidade do sofrimento impregnando o cotidiano da gente do Sertão" (p. 211).

Segundo a crítica literária Walnice Nogueira Galvão, não obstante em colocar os interesses coletivos da nação acima de seus interesses particulares – almeja uma carreira política após pôr fim a jagunçagem –, Zé Bebelo mantém ativamente em riste os ideais centralizantes da República: "Agora, temos de render este serviço à pátria... tudo é nacional!" (GSV: 146). A tal ponto Zé Bebelo converte-se quase que plenamente numa alegoria dos motivos

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

republicanos, se assim pode-se dizer, sendo, dentre todos, a única personagem responsável por raciocinar em termos contrários aos da tradição, ou de laços de sangue, ou de alianças privadas para dominação, em detrimento dos canais democráticos republicanos (Cf. GALVÃO, 2000: 27).

Por trás de todo um discurso político engajado, a figura de Zé Bebelo guardava certo sentimento de saber o poder que existia num processo de manipulação das aparências, indicando um entendimento teatralizado da ação política. Em todo caso, seu projeto inspirava uma transformação radical nas estruturas políticas e sociais do Sertão, angariando um futuro baseado nas premissas republicanas; a plataforma de ação política sustentava-se no mote de eliminação da pobreza em proveito de outro tempo de bem-estar material (Cf. STARLING, 1998: 10-11).

Enfim, o discurso de Zé Bebelo carregava de um lado as premissas da plataforma desenvolvimentista, de transportar o progresso ao interior (de preferência em *trens*), e por outro, adotava certo viés nacionalista, levando sempre em consideração o carater cruzadista de expurgar o atraso, modernizar o sertão e integrá-lo efetivamente à nação:

> Se deu, o que se disse. Só que, em vez de estafeta, a galope, veio Zé Bebelo mesmo. Eu tinha ficado com ruma de foguetes para soltar, e foi festa. Zé Bebelo mandou dispor uma tábua por cima de um canto de cerca, conforme ele ali subiu e muito falou. Referiu. Para lá do rio Pacu, no municipio de Brasília, tinham volteado um bando de jagunços – o com o valentão Hermógenes à testa – e derrotado total. Mais de dez mortos, mais de dez cabras agarrados presos; infelizmente só, foi que aquele Hermógenes conseguira fugir. Mas não podia ir a longe! Ao que Zé Bebelo elogiou a lei, deu viva ao governo, para perto futuro prometeu muita coisa republicana (GSV: 149).

Muito embora este discurso pareça distante aos olhos do universo sertanejo, pois que, a ação do romance se passa nas décadas de 10 e 20 – período em que o mandonismo das políticas locais mantinham acentuado poder – , no período de escrituração e publicação do livro – década de 50 – esse discurso convertia-se em tônica dominante (Cf. RONCARI: 282).

Zé Bebelo é, pois, a anunciação dos novos tempos, da República, que tanto receio causara na mente de um Antonio Conselheiro; visionário ou não, moderno ou não, o fato é que a desconfiança se instaura na cabeça de Riobaldo, *quem desconfia fica sábio*, dizia o protagonista-narrador, receoso também da validade do discurso de Zé Bebelo: "Começava por aí, durava um tempo, crescendo voz na fraseação, o muito instruido jornal. Ia me enjoando. Porque completava sempre a mesma coisa" (GSV: 147).

Enquanto bastião da ordem republicana, Zé Bebelo seguia orientações bem definidas quanto ao novo regime, como bem salientou Luiz Roncari:

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

> no ambito político, propunha o combate à ação violenta e arbitrária do mandonismo local e à afirmação dos poderes do Estado; no econômico-administrativo, defendia a extensão dos poderes da ação governamental para o interior, com a devida promoção do progresso material; e, no ideológico-cultural, pregava a afirmação de uma identidade nacional, de modo a superô-la às solidariedades locais: Aqui o que me faz falta é uma bandeira, e tambor e cornetas, metais mais... (RONCARI, 2004: 281-2).

Muito embora Zé Bebelo seja aquele que encarna os principios da modernidade republicana no romance, sofre, todavia, revelando o caráter ambíguo dos personagens no romance, o peso de traços tradicionais negativos: valentia desmedida, a ambição de poder pessoal, a utilização de jagunços para acabar com a jagunçagem. Valentia à parte em colocar ordem no sertão, Zé Bebelo desata e adota a lei do sertão, assumindo comando de grupo armado que ele próprio antes combatera, para então combater a jagunçagem, não mais como princípio político, almejando antes a execução de uma vingança particular sem qualquer vínculo com ideais nacionais (Cf. GALVÃO, 2000: 21).

Integrado ao bando de Zé Bebelo, Riobaldo participa do início da campanha guerreira deste e obtém sua primeira experiência jagunça. Experiência que põe em relevo características de um indivíduo dividido entre o ser e o não ser, bem e mal. Sensação de desconforto que o acompanha ao longo da trama, o narrador-protagonista logo se vê dominado por sentimentos conflitantes: de um lado a piedade que sente pelos inimigos aprisionados, de outro a suspeita de traição por contar detalhes da organização do bando de Joca Ramiro (homem que até a presente situação Riobaldo mais admira) a Zé Bebelo. Resta a Riobaldo a decisão de fugir daquele bando, numa tentativa frustrada de evitar a jagunçagem:

> Fugi. De repente, eu vi que nada podia mais, me governou um desgosto. Não sei se era porque eu reprovava aquilo: de se ir com tanta maioria e largueza, matando e prendendo gente, na constante brutalidade. Debelei que descuidassem de mim, restei escondido retardado. Vim-me. Isso que, pelo ajustado, eu não carecia de fazer assim. Podia chegar perto de Zé Bebelo, desdizer: – desanimei, declaro de retornar para o curralim... Não podia? Mas, na hora mesma em que eu a decisão tomei, logo me deu um enfaro de Zé Bebelo, em trosgas, a conversação. Nem eu não estava para ter confiança nenhuma em ninguém. A bem: me fugi, e mais não pensei exato. Só isso. O senhor sabe, se desprocede: a ação escorregada e aflita, mas sem substância narrável (GSV: 151-152).

Em razão da fuga, Riobaldo torna-se verdadeiramente jagunço, na medida em que reencontra Diadorim, membro importante do bando de Joca Ramiro, o qual Zé Bebelo combatia. Então, passa a fazer parte do bando dos adversários de Zé Bebelo e se torna definitivamente jagunço. Presa do destino, Riobaldo

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

caminha num confuso círculo, onde se percebe joguete de forças que não compreende.

Por meio de Riobaldo, Guimarães Rosa desenvolve um personagem que é travessia – alegoriza a travessia –, pois que, encarna os questionamentos de um debate a respeito do moderno e do arcaico. Outros personagens que circundam o narrador-protagonista revelam-se operando como forças contrárias no universo sertanejo; Selorico Mendes (Nostalgia imperial) e Zé Bebelo (Nova ordem republicana) aqui apresentados e discutidos representam dois estados de ser que se defrontam neste momento de travessia político-ideológico do Império à República.

Incorporando a ideia da travessia, Riobaldo constituía-se em ser marcado por dúvidas; de tal forma que a seus olhos Zé Bebelo desperta duas ordens de reação: simpatia por sua cruzada nacionalista, mas eventualmente preocupado de que aquele discurso se esvaísse em nada. Intuitivamente desconfia de que aquele homem poderia combater forças seculares potencialmente desorganizadoras, principalmente em função do teor de suas propostas. Em que medida os potentados locais permitiria a superposição de outro poder, vindo de fora, movendo uma gama de interesses outros que não aqueles consolidados pela tradição?

Descendência, autonomia, coragem e lealdade, valores inerentes a uma ordem jagunça, a ordem estabelecida no sertão. Transformar os valores tradicionais em proveito de leis, de uma constituição republicana como queria Bebelo, seria romper as estruturas que conferiam poder aos chefes locais; tal intento exigiria um poder de violência maior do que o dos homens da terra. Seria, pois, um contrassenso para Bebelo – combatendo a jagunçagem com jagunços – usar dos meios contra os quais se combatia, mesmo que em nome da lei e da justiça.

Representando o atraso e a violência presentes no espaço rural do sertão, Hermógenes ergue-se dentro do romance como representante da desordem que assola o sertão desde o Império. Como bem salienta Roncari, "com o Hermógenes significando tudo o que significa na obra – o informe, a violência desmedida e recíproca, o crime, a falta de valores éticos, enfim, o sertão desgovernado por dentro e por fora –, não fica difícil interpretar a cena como uma alegoria do momento político que o país vivia" (RONCARI, 2004: 283). Nesse sentido, Hermógenes apresenta-se como a imagem reversa de Zé bebelo, e até mesmo do próprio Riobaldo, a ordem jagunça, situando-se no domínio da força e dos interesses privados. Antagonista por excelência, o inferno em si parece completo em face da imagem e do ser maligno que era este homem, encarnação de todas as forças terríveis a atuar no universo do Sertão. Seu

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

acampamento, tal qual sua figura, inspiravam em Riobaldo a sensação da presença e da chegada ao inferno:

> Assim ao feito quando logo que desapeamos no acampo do Hermógenes; e quando! Ah, lá era um cafarnaúm[iv]. Moxinife de más gentes, tudo na deslei da jagunçagem bargada. Se estavam entre o Furado-de-São-Roque e o Furado-do-Sapo, rebeira do Ribeirão da Macaúba, por fim da Maria da Jaíba. A lá chegamos num de-tardinha. Às primeiras horas, conferi que era o inferno (GSV: 174, grifos meus).

De todo modo, Riobaldo personifica forças de integração com o Sertão – busca a si mesmo –, não exagerando em maldades, nem as querendo; é, pois, um homem da ordem, pacífico, por isso questiona o mal. Tem receios a respeito deste. O Hermógenes figurava na imaginação de Riobaldo como representante máximo da malvadeza. Para horror do protagonista, Hermógenes demonstra um prazer atípico em praticar crueldades com inimigos, o que lhe faz rememorar Zé Bebelo e seu senso de justiça; nestes instantes compara um ao outro. Eis que se vê tomado de assalto por sentimentos de traição, desejando mesmo que Zé Bebelo leve a termo seu propósito de acabar com os jagunços.

> Entremeando, eu comparava com Zé Bebelo aquele homem. Nessa hora, eu gostava de Zé Bebelo, quase como um filho deve gostar do pai. As tantas coisas me tonteavam: eu em claro. De repente, eu via que estava desejando que Zé Bebelo vencesse, porque era ele quem estava com a razão. Zé Bebelo devia de vir, forte viesse: liquidar mesmo, a rãs, com o inferno da jagunçada! Eu estava ali, cumprindo meu ajuste, por fora, com todo rigor; mas estava tudo traindo traidor, no cabo do meu coração. Alheio, ao que, encostei minhas costas numa árvore. Aí eu nem queria ficar doido, no nem mesmo (GSV: 187).

Neste instante da narrativa, Riobaldo participa do bando de seu antagonista Hermógenes, porém, este também é o bando de seus afetos, Diadorim e Joca Ramiro; indagava-se, então, sobre a possibilidade de homem tão valoroso, de nobres costumes como Joca Ramiro, de ter um ser jagunço como este Hermógenes em seu bando. Diadorim justifica o caráter violento da figura de Hermógenes com sua lealdade, parte integrante dos valores admitidos neste "tipo especial de mundo, que é o sertão, onde o jaguncismo pode ser uma forma de estabelecer e fazer observar normas" (CANDIDO, 2004: 112), adotando certa conduta de guerra compatível com o universo sertanejo.

Parecer tal, da parte daquele por quem nutre afetos, coloca em cheque a consciência híbrida de Riobaldo, entre duas configurações culturais diversas, a da modernidade e a dos deserdados da modernização; ele hesitava entre o mundo tradicional do sertão personificado nas figuras de Diadorim e Joca

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

Ramiro (afetos) e os valores morais e humanos, como os da ética e da civilidade (face urbana: moderna).

A canção que Riobaldo não consegue esquecer ao longo de todo o seu trajeto

> *Olerereêe, baiana...*
> *Eu ia e*
> *não vou mais:*
> *Eu fa-*
> *ço que vou lá dentro, oh baiana,*
> *e volto*
> *do meio*
> *pra trás...* (GSV: 193).

apresenta a postura de Riobaldo em relação à situação em que se encontra, principalmente de adesão ou não à cidade, aos bandos, ou a Diadorim. Seu movimento é o mesmo da canção, que projeta uma ação, mas não a realiza exatamente[v]. É também a postura adotada em relação aos benefícios da cidade. Se, por um lado, Riobaldo possui certo fascínio em relação a Zé Bebelo, que é amigo seu e se encontra no plano do espaço urbano/cidade, por outro, não consegue romper suas amarras com o sertão, até porque a cidade é o desconhecido, mesmo possuindo características remetentes ao espaço urbano.

De alguma forma este movimento demonstra uma instabilidade, perceptível quando Riobaldo questiona se "Ah, tempo de jagunço tinha mesmo que acabar. Cidade acaba com o sertão. Acaba?" (GSV: 183); ele próprio desconhece a resposta, mas tem consciência de que faz parte de um processo que sabe começado, mas não quando finalizado.

Os demais chefes jagunços, Joca Ramiro inclusive, compõem a habitual aliança de dominação privada, eventualmente – e é o caso do enredo deste romance – em oposição ao poder central, porém, mantendo sempre um forte poder local. Todos são latifundiários poderosos mantenedores de bandos armados; sua motivação política e privada é várias vezes mencionada no texto. Dentre todos, o único que pode ser subtraído a essa motivação, é Medeiro Vaz. Assim, reinando a desordem e a brutalidade, a violência e os desmandos dos grupos jagunços, garantindo a permanência do poder pessoal e privado, "Medeiro Vaz, com um gesto pouco usual para sua condição de fazendeiro estabelecido, saiu para garantir justiça, impor a lei e o direito" (LEONEL; SEGATTO, 2008: 406). No plano material e simbólico rompeu com a velha estrutura patriarcal, procurando apagar seus sinais externos, quando se desfez de suas terras e gado, queimou a casa da fazenda[vi], "espalhou as cinzas e, relimpo de tudo, escorrido dono de si montou em ginete, com cachos d'armas,

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

reuniu chusma de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça" (GSV: 60).

PONTEANDO OPOSTOS: O JULGAMENTO DA NAÇÃO

Capturado quando de uma batalha perdida contra o bando de Joca Ramiro na Chapada-da-Siriema-Correndo, Zé Bebelo exigiu um julgamento, elemento avesso às práticas jagunças; mesmo depois de ter sido salvo da morte em função de pretexto inventado por Riobaldo, insiste na composição de um júri para julgar sua conduta guerreira, incorporando, de tal forma, princípio novo àquele meio. Confirmando a nobreza que sua figura inspirava, Joca Ramiro consente a exigência do réu e, juntando seus jagunços nos arredores da Fazenda Sempre-Verde do doutor Mirabô de Melo, constitui julgamento.

A escolha da fazenda do doutor Mirabô de Melo indica termos de um conflito político. Local representativo do poder no período colonial, aquela casa enorme que ali se afigurava transpirava ares de soberania, de uma época de coronéis ostentando um poder absoluto. Simplesmente manter-se a frente de um símbolo deste porte – representativo da tradição – garantia legitimidade à decisão ali praticada. "Não carece de se abrir... Não carece de se abrir..." (GSV: 274). De tal modo, até mesmo o local definido para o evento passa a encarnar o encontro entre o tradicional e o novo, melhor dizendo, o confronto entre civilização e barbárie, momento indicativo das transformações que incidiriam sobre o sertão (Cf. SILVA, 2007: 3-4).

> Esse talvez fosse o significado da escolha de Joca Ramiro: o de crença e confiança na ordem tradicional de que ela, como a tradição, saberia se abrir e incorporar (assimilar), para sua própria grandeza e glória, os novos costumes da civilização, que lhe permitiriam também o exercício da justiça e da piedade, e com isso garantir a sua perpetuidade (RONCARI, 2004: 299).

O réu, bastião da civilidade e modernidade republicanas, punha em risco a ética costumeira dos senhores do sertão. De forma que, "mais do que julgar sobre a pessoa de Zé Bebelo e seus atos, discutem-se questões que na verdade faz referência ao próprio sistema jagunço e a consequente manutenção de sua estrutura política, social e econômica" (SILVA, 2007: 3).

A partir do julgamento, o sertão, como ocorre com o próprio romance, irá se transformar. Neste ponto, segundo Heloisa Starling, os chefes e seus jagunços encenam um momento extraordinário na política do sertão:

> Havia ali uma oportunidade inédita de se fazer a experiência política da vida em comum, posto que a idéia do júri proposto por Joca Ramiro situava a

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

> direção real da sociedade nas mãos dos governados ou de uma porção dentre eles, espalhando no meio de toda aquela gente algumas virtudes cívicas: a prática da equidade, o amor a independência, o exercício da responsabilidade política, o combate ao egoísmo, a formação do discernimento... (STARLING, 1999 apud LEONEL, M.C.; SEGATTO, 2008: 406-7).

Zé Bebelo participou da tradição – lutou e combateu como jagunço no seio do sertão, não usou de meios traiçoeiros para guerrear; enfim, integrou-se às regras jagunças como um próprio, de modo que isto não constituía crime passível de execução. Do outro lado, a tradição, o arcaico representado na figura de Joca Ramiro instituiu elementos da vida dita moderna civilizada: um tribunal. Este, todavia, estava sendo coordenado pelas forças do sertão, da tradição.

Nesse ponto de tensão entre civilidade e barbárie representada pelo tribunal montado no sertão, podemos verificar os primeiros passos em direção ao que o crítico Angel Rama denominou processo de *transculturação*[vii], como também perceber a apreensão de um momento onde o processo de modernização se desenvolve a partir da regência dos elementos tradicionais arraigados na história. O primeiro dá-se a partir do discurso de Riobaldo, o segundo, mediante as intervenções de Joca Ramiro e Ricardão (legítimo representante da aristocracia rural). Em todo caso, o mero evento da não execução de Zé Bebelo, havendo ao invés, sido aceita sua proposta de julgamento, inspira pensarmos algo novo nas práticas jagunças, pois tal atitude contrariava a ética tradicional, convertendo-se o momento em ganho civilizacional para aquele meio[viii]. Portanto, havia aqui uma possibilidade aproximação e articulação das margens díspares dentro do romance.

Se havia a possibilidade de adaptar-se a lei sem abandonar o costume, "não era outra coisa que tentava Joca Ramiro: não romper radicalmente com o costume nem assimilar mimeticamente a lei, no caso, o processo do julgamento. Procurava absorvê-lo como ganho de civilização, porém, integrando-o à tradição, daí a realizá-lo sob o amparo da casa-grande" (RONCARI, 2004: 316).

No episódio, o diálogo não encaminha ao entendimento, revelando-se deveras complicado. Joca Ramiro e Zé Bebelo encarnam forças históricas muito divergentes:

> – "O senhor veio querendo desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei..."
> – "Velho é, o que já está de si desencaminhado. O velho valeu enquanto foi novo..."
> – "O senhor não é do sertão. Não é da terra..."
> – "Sou do fogo? Sou do ar? Da terra é a minhoca—que galinha come e cata: esgaravata!" (GSV: 276-7, grifos meus).

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

Quando acusado de não conhecer o sertão, na medida em que era estrangeiro, Zé Bebelo encontra-se questionado sobre as identidades do ser-jagunço e suas percepções de mundo; julga-se, senão, a própria manutenção da condição jagunça, dos grandes chefes e suas identidades, de suas legitimações, enfim, da política praticada por esses homens no sertão, de seu "costume velho de lei" (Cf. FREIRE, 2004: 134). Joca Ramiro faz ressoar em suas palavras o patriarcalismo inerente aos grandes chefes, sendo o próprio o principal chefe jagunço. O antigo, o costume e a autoridade local são valores contra os quais Zé Bebelo, a civilidade e a modernidade se levantam. De toda forma, a casa-grande e Joca Ramiro não estavam avessos à civilização representada ali por Zé Bebelo; "só não aceitavam era que o novo chegasse como força destrutiva e de negação do passado. O que representavam ali é a assimilação e a continuidade, a partir da autoridade de Joca Ramiro, espécie de patriarca, cujo poder não era imposto, mas dado pelo carisma e pela tradição, e assim aceito pelo conjunto" (Cf. RONCARI, 2004: 303).

Os jagunços de menor expressão no âmbito do poder local ali presentes, integrados àquele momento tal qual uma tribuna popular, só possuíam representação efetiva quando vistos enquanto corpo coletivo, massa. Embora se converta em ganho civilizatório considerável, uma tribuna popular, num espaço onde predominam relações verticais de poder, a palavra final cabe ao chefe supremo, afirmando uma vez mais a desigualdade entre comandantes e comandados. Porém, não se trata apenas da desigualdade que separa os chefes (donos do poder) das camadas subalternas (os jagunços), mas do fato de que, aqui, "a alteridade – ou a autonomia – do outro seja ao mesmo tempo reconhecida e negada, pressuposta e inconcebível" (PASTA JR., 1999: 67).

> Que visse o senhor os homens: o prospeito. Aqueles muitos homens, completamente, os de cá e os de lá, cercando o oco em raia da roda, com as coronhas no chão, e as tantas caras, como sacudiam as cabeças, com os chapéus rebuçantes. Joca Ramiro era quem dispunha. Bastava vozear curto e mandar. Ou fazer aquele bom sorriso, debaixo dos bigodes, e falar, como falava constante, com um modo manso muito proveitoso: "Meus meninos... meus filhos..." Agora, advai que aquietavam, no estatuto. Nanja, o senhor, nesta sossegação, que se fie! O que fosse, eles podiam referver em imediatidade, o banguelê, num zunir: que vespassem[ix]. Estavam escutando sem entender, estavam ouvindo missa. Um por si, de nada não sabia; mas a montoeira deles, exata, soubesse tudo. Estudei foi os chefes (GSV: 277).

Riobaldo estudou os chefes, pois a esses cabia a decisão final, especialmente ao mais alto de todos: Joca Ramiro. Fica evidente neste trecho da fala do narrador a tendência ao cultivo de certo discurso conservador e

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

autoritário por parte das elites latifundiárias, detentoras de valores econômicos e políticos; as elites deveriam, dessa forma, exercer tutela sobre o povo ignorante – aqui personificado na figura do jagunço, o qual Riobaldo é uma exceção – impossibilitado de distinguir os próprios interesses, precisando, portanto, ter os caminhos indicados para o bem comum[x].

Oito foram os que tomaram a palavra: Hermógenes, Sô Calendário, Ricardão, Titão Passos, João Goanhá, Gú, Dôsno e Riobaldo, respectivamente. A exceção de Gú, Dôsno e Riobaldo, jagunços, praticamente só os *chefes* se pronunciam, o que transforma o julgamento num conselho de chefes amparado por uma massa. Proferida sentença, esta fica na proporção de seis votos a favor da absolvição de Zé Bebelo para dois contra, os de Ricardão e Hermógenes – os rebeldes.

No tocante às reflexões que vão sendo elaboradas no transcurso do julgamento, o tribunal se coloca na contracorrente da ética jagunça; Ricardão e Hermógenes por sua hora são os únicos que caminham em direção oposta a do grupo, na medida em que classificam o tribunal como uma afronta à regra jagunça. Em primeiro plano colocam os interesses dos coronéis com os quais mantêm amizades, e mais, Hermógenes sugere "amarrar este cujo [Zé Bebelo], feito porco. O sangrante... Ou então botar atravessado no chão, a gente todos passava a cavalo por riba dele... Hermógenes se coloca como um homem dominado pelas paixões, que precediam e guiavam suas ações" (Apud RONCARI, 2004: 306).

De tal modo, seus argumentos são parciais, justificando tão somente o desejo de vingança, sangue e crueldade. Hermógenes acreditava que Zé Bebelo tinha vindo mandado pelo Governo, participando do mesmo movimento que vinha dos centros de poder – as cidades – para impor-se ao sertão, este Norte, e acabar com os mandonismos locais.

Vale agora reproduzir e ressaltar a fala da personagem Ricardão, a qual envereda pelos mesmos motivos que Hermógenes, porém, carregado de uma dimensão histórico-sociológica fundamental para o ato do julgamento. A intervenção de Ricardão se converte em centro das falas acusatórias.

> Compadre Joca Ramiro, o senhor é o chefe. O que a gente viu, o senhor vê, o que a gente sabe o senhor sabe. Nem carecia que cada um desse opinião, mas o senhor quer ceder alar de prezar a palavra de todos, e a gente recebe essa boa prova... Ao que agradecemos, como devido. Agora eu sirvo a razão de meu compadre Hermógenes: que este homem Zé Bebelo veio caçar a gente, no Norte sertão, como mandadeiros de políticos e do governo, se diz que até a soldo... A que perdeu, perdeu, mas deu muita lida, prejuízos. Sérios perigos, em que estivemos; o senhor sabe bem, compadre chefe. Dou a conta dos companheiros nossos que ele matou, que eles mataram. Isso se pode repor? E os que ficaram inutilizados feridos, tantos e tantos... Sangue e os

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

> sofrimentos desses clamam. Agora, que vencemos, chegou a hora dessa vingança de desforra. A ver, fosse ele que vencesse, e nós não, onde era que uma hora destas a gente estaria? Tristes mortos, todos, ou presos, mandados em ferros para o quartel da Diamantina, para muitas cadeias, para a capital do Estado. Nós todos, até o senhor, sei lá. Encareço, chefe. A gente não tem cadeia, tem outro despacho não, que dar a este; só um: é a misericórdia duma boa bala, de mete-bucha, e a arte está acabada e acertada. Assim que veio, não sabia que o fim mais fácil é esse? Com os outros, não se fez? Lei de jagunço é o momento, o menos luxos. Relembro também, que a responsabilidade nossa está valendo: respeitante ao sel Sul de Oliveira, doutor Mirabô de Melo, o velho Nico Estácio, compadre Nhô Lajes e coronel Caetano Cordeiro... Esses estão agüentando acossamento do governo, tiveram de sair de suas terras e fazendas, no que produziram uma grande quebra, vai tudo na mesma desordem... A pois, em nome deles, mesmo, eu sou deste parecer. A condena seja: sem tardança! Zé Bebelo, mesmo zureta, sem responsabilidade nenhuma, verte pemba, perigoso. A condena que vale, legal é um tiro de arma. Aqui chefe, – eu voto... (GSV: 283-4, grifos meus).

Ricardão, figura voraz, grande, no sentido corporal e material, dono de muitas posses, só reconhece – isto é patente em seu discurso – os laços diretos, familiares, afetivos e hierárquicos; estes são confirmados em toda sua fala, quando trata a maior parte de seus superiores por *compadre*[xi]. Essa relação de compadrio presente na fala de Ricardão se inscreve no campo do clientelismo – espécie de relacionamento de ordem política herdado do Império –, pois que, como mesmo diz, *sirvo a razão de meu compadre Hermógenes*, lembrando a todos de sua subordinação, bem como, sua responsabilidade para com os coronéis – *Sul de Oliveira, Mirabô de Melo, Nico Estácio Nhô Lajes* e *coronel Caetano Cordeiro* –, de tal forma que não restava dúvida sobre o lado que abraçava. Sob o olhar de Ricardão, Zé Bebelo vinha desestruturar a ordem estabelecida no sertão; por isso fechava com seus velhos compadres, para pôr termo a essa nova investida da política oficial do Estado em função da afirmação de seus poderes, como também da oligarquia dominante apoiada pelo governo do Estado, evento comum durante a Primeira República. Do mesmo olhar compartilhavam os potentados locais, resistindo à nova forma de dominação política, centralizadora, lutando pela continuidade da autonomia e dos poderes particularistas (Cf. RONCARI, 2004: 312).

Encerramos este adendo com a fala persuasiva de Ricardão, considerando o que nos diz Luiz Roncari a respeito das entrelinhas do discurso deste chefe jagunço:

> O quadro que Ricardão deixa entrever [...] revela como o chefe jagunço está integrado numa rede de relações na qual se misturam o parentesco sanguíneo, religioso (o sistema de compadrio), a vizinhança territorial e as várias formas de dependência, como a de favores, proteção militar e econômica, esta, dispensadora dos recursos de que eles próprios dependiam para lutarem e sobreviverem. A lealdade de Ricardão, "responsabilidade nossa", é para com os seus laços estabelecidos, pessoais e de costumes, "a

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

> condena que vale, legal, é um tiro de arma", que o vinculam à tradição, ao direito costumeiro, e o faz a encarnação do espírito do sertão (RONCARI, 2004: 313-314).

Portanto, a guerra que se dava nos Gerais (sertão mineiro) ganhava contornos de conflito entre as facções (situação e oposição) no estabelecimento da política local. Resistir ao Governo e à centralização da política do Estado era lutar pela afirmação do direito atemporal, dos desmandos de senhores e jagunços: o particularismo político dos poderes locais[xii].

Titão Passos, contrariando a lógica guerreira e cruel de Hermógenes, adota princípios do direito natural, mesmo que orientados a partir da lógica sertaneja. Argumenta que Zé Bebelo

> [...] não tem crime constável. Pode ter para o Governo, para delegado e juiz-de-direito, para tenente de soldados. Mas a gente é sertanejos [...]. Ele quis guerrear, veio — achou guerreiros! [...] A bem, se, na hora, a quente a gente tivesse falado fogo nele, e matado, aí estava certo, estava feito. Mas o refrego de tudo já se passou. Então, isto aqui é matadouro ou talho?... [...] (GSV: 285).

Titão Passos parece desvencilhar-se de uma parte da consciência tradicional em prol de seu próprio senso de justiça, pois que, não enxerga crime naquele que vem guerrear com as armas dos jagunços; matá-lo fora do espaço guerreiro – do campo de batalha – seria para este carnificina desmedida: *Então, isto aqui é matadouro ou talho?* Este personagem afirma sua individualidade e autonomia por meio do discurso, bem como encara o outro como um ser ao qual se deve respeito. Rosa desenvolve aqui uma personagem que incorpora práticas civis num espaço guerreiro, demonstrando, por fim, consciência e responsabilidade sobre os próprios atos.

Quebrando as barreiras da hierarquia social, histórica e espacialmente constituídas, Joca Ramiro volta-se para a massa de jagunços que o rodeava e requisita que proclamem sua opinião. De tal forma, Ramiro expande o exercício da participação no julgamento aos tradicionalmente excluídos.

Quem toma a frente e apresenta-se para falar é um certo jagunço Gu; pede a palavra e percebe ser proveitoso para os jagunços mostrar àqueles, cujo estandarte é a civilização, maior exemplo de civilidade:

> Com vossas licenças, chefe, cedo minha rasa opinião. Que é — se vossas ordens forem de se soltar esse Zé Bebelo, isso produz bem... Oséquio feito, que se faz, vem a servir à gente, mais tarde, em alguma necessidade, que o caso for... [...]... se em alguma outra ocasião [...] algum chefe nosso cair preso em mão de tenente de meganhas — então hão de ser tratados com maior compostura, sem sofrer vergonhas e maldades [...] A guerra fica sendo de bem-criação, bom estatuto (GSV: 288).

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

A guerra fica sendo de bem-criação, bom estatuto. Tais palavras refletem um desejo presente no discurso de Titão Passos, como também, no de Joca Ramiro. O desejo de moralizar o espaço guerreiro do sertão, mas também de negociar com as autoridades constituídas, viabilizando uma pretensa troca de favores. Considerando uma possibilidade anormal, pressupõe um relacionamento integrativo entre as duas esferas de poder e costumes. A permissividade e voracidade jagunça aliadas ao desejo de projetar vingança sobre o inimigo se convertem numa atitude racionalizadora nesta fala, processo vislumbrado pela constituição mesmo de um tribunal no meio do sertão.

A iniciativa do jagunço Gu abre caminho para Riobaldo, que segue a mesma linha de raciocínio, especialmente no que diz respeito à fala de Titão Passos.

> Pois então, xente, hão de se dizer que aqui na Sempre-Verde vieram se reunir os chefes todos de bandos, com seus cabras valentes, montoeira completa, e com o sobregoverno de Joca Ramiro — só para, no fim, fim,se acabar com um homenzinho sozinho — se condenar de matar Zé Bebelo, o quanto fosse um boi de corte? (GSV; 290).

Entretanto, na sequência, o discurso de Riobaldo mostra-se mais surpreendente e revelador do que os demais. Sua argumentação, diversa daquela apresentada pelos jagunços, torna-se indispensável à salvação de Zé Bebelo. Entretanto, a argumentação de Riobaldo atesta uma vez mais o caráter dúbio de sua personalidade, agora atestado em seu discurso; oscila, pois, tanto para o mundo moderno quanto para o tradicional.

A princípio, Riobaldo destaca o papel da memória e da tradição oral do sertão enquanto elementos que garantiriam a permanência daquele universo. De outro, enaltece a nova instituição estabelecida naquele meio marcado pela violência desmedida, traço fundante de um sistema tradicional:

> A guerra foi grande, durou tempo que durou, encheu este sertão. Nela todo o mundo vai falar, pelo Norte dos Nortes, em Minas e na Bahia toda, constantes anos, até em outras partes... Vão fazer cantigas, relatando as tantas façanhas... Pois então, xente, hão de se dizer que aqui na Sempre-Verde vieram se reunir os chefes todos de bandos, com seus cabras valentes, montoeira completa, e com o sobregoverno de Joca Ramiro [...]
> [...] se a gente der condena de absolvido: soltar este homem Zé Bebelo, a mãvazias, punido só pela derrota que levou – então, eu acho, é fama grande. Fama de glória: que primeiro vencemos, e depois soltamos... (GSV: 290-91).

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

Riobaldo, *jagunço-moderno*, segundo acepção de Ana Lúcia Branco, transporta para o cerne do julgamento valores que até o momento não eram conhecidos daquele meio: "a ordem, a justiça, o conceito abstrato de identidade humana que leva à formulação de um direito – o que se antepõe ao costume consagrado" (BRANCO, 2007: 08).

Em todo caso, se ergue, enquanto princípio maior do episódio, respeitando-se e levando em consideração os argumentos de todos aqueles envolvidos, a noção de justiça desenvolvida pelos jagunços, "no paradoxo de que ali quase todos (excetuando-se Hermógenes e Ricardão) buscam na guerra local uma ordem mais justa do que a ordem estabelecida e do que a desordem que atua a serviço da manutenção dessa ordem (a saber, a de coronéis, políticos e outros jagunços)" (Cf. PACHECO, 2008: 185). Fica evidente que o interesse presente nas falas dos chefes e dos jagunços não significa que estes pretendam absolver o réu pensando em absolver (e por ventura extinguir) também os costumes tradicionais, mas antes, constituem um ponto de equilíbrio entre o que se julga tradicional, quando visto de fora (caso de Zé Bebelo), com o novo (definido no desejo de civilizar o sertão).

O discurso de Riobaldo personifica o conflito de valores modernos a penetrar no universo do sertão, ameaçando a permanência do sistema local; contudo, Riobaldo em dada medida age como ponderador, imaginando instituir algo novo no universo do sertão. Aparece no romance dispondo da oportunidade de fundar *outra* norma. Nesse sentido, "o transculturador Riobaldo constitui-se como aquele que desafia a cultura estática a desenvolver sua potencialidade e produzir novos significados sem, contudo, perder sua textura íntima" (BRANCO, 2007: 08).

Se entendido a partir desse processo de transculturação, o episódio do julgamento (bem como a argumentação de Riobaldo) mais do que alegorizar a nossa vida político-social das primeiras décadas de República enquanto um momento de travessia de uma mentalidade imperial para outra, republicana, dita detentora da ordem e progresso nacionais, colocará a questão da identidade nacional no cerne dos eventos que cercam o julgamento. Como mencionado inicialmente no texto, Riobaldo é uma personagem integradora, aventando em seu discurso a possibilidade de superação dos polos opostos e contrários. Vê-se, por meio do processo da transculturação, um ganho de natureza dialética entre uma cultura considerada arcaica, portanto, subalterna, e outra, identificada com altos padrões civilizatórios (importados).

Na sequência, a fala do narrador-protagonista Zé Bebelo faz menção honrosa ao que aquele julgamento significa para o meio sertanejo: um ganho civilizatório seja qual fosse a sentença final a ele enunciada. Em todo caso,

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

Bebelo termina por se dar conta de que a razão tem limites, bem como há no interior do sertão forças orientadas racionalmente, dotadas de esclarecimento, mesmo que vinculadas a outra percepção e organização de mundo. Muito embora não tenham tido suas ideias um alcance universal, vários são os chefes e jagunços, entre eles Riobaldo, a pronunciarem-se contra a sua execução, intercedendo pela sua absolvição, ao passo em que defendiam um mínimo de regras civilizadas no contexto do confronto. A defesa de Zé Bebelo se orienta nesta direção:

> Estou vendo que a gente só brigou por um mal-entendido, maximé. Não obedeço ordens de chefes políticos. Se eu alcançasse, entrava para a política, mas pedia ao grande Joca Ramiro que encaminhasse seus brabos cabras para votarem em mim, para deputado... Ah, este Norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, a alegria nacional! [...] A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro... (GSV: 294-295).

Encontrar forças de integração para governar o espaço do sertão era o único meio de ultrapassar as forças dominantes particularistas, instituindo uma política distinta destas dos potentados locais. Talvez tivesse sido erro seu antever que no sertão não haveria forças de civilização, como as que ora encontrara na atitude de Joca Ramiro em romper parcialmente com as regras do meio para conceder-lhe um júri: "prova de que vós nossos jagunços do Norte são civilizados de calibre" (GSV: 296). Bradava neste momento como apanágio de homens nobres e civis, bem como por ver-se salvo de desgraças maiores. Combater o sertão como uma totalidade em atraso e imerso na violência das relações imediatas, sem antes conferir as forças positivas que podiam agir dentro deste espaço, deixam ver a continuidade da imagem forjada para este lugar desde a colonização. Porém, a maturidade observada na admissão de seu erro indica a constituição moderna deste; uma posição reveladora de autoconfiança e coragem (Cf. RONCARI, 2004: 336-7), porém, sem perder o vício dos tempos: manipular as massas subalternas do sertão. Zé Bebelo se alcançasse, "entrava para a política, mas pedia ao grande Joca Ramiro que encaminhasse seus brabos cabras para votarem nele para deputado" (GSV: 297).

Refletindo a respeito do significado do julgamento para Zé Bebelo, chega-se ao mesmo ponto quando pensado em função dos grandes chefes:

> o julgamento é uma forma de reconhecimento e legitimação, mas também a oportunidade esperada para colocar em prática suas idéias e seus ideais de legitimar publicamente sua identidade, de fazer-se conhecer e confrontá-los: é uma forma de afirmação; para os grandes chefes, não deixa de ser, também, a busca de uma forma de legitimação, de afirmação de força e poder, de manutenção, presente e inalterada, da forma de governo vigente, suas leis e seus princípios (FREIRE, 2004: 134-5).

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

Concluído o julgamento, procede-se a aplicação da pena à Zé Bebelo. Este é condenado ao degredo, a um exílio de duração indeterminada: "[...] ir-se embora para Goiás [...] até enquanto eu vivo for, ou não der contra ordem... [...]" (GSV: 297). Acepção que se identifica às normas de conduta estabelecidas no sertão rosiano. De tal forma, a pena destinada a Zé Bebelo mantém conexão estreita com os objetivos últimos dos grandes chefes, ou seja, a anulação de uma ameaça para suas formas de vida, para suas formas de governo[xiii].

Afirmando sua independência e autoridade – *o julgamento é meu* – Joca Ramiro se colocava numa posição de autonomia muito próxima aquela vista em Zé Bebelo em relação às forças legais. Portanto, eram ambos homens soberanos que amalgamavam em suas figuras as contradições de um país tateando as margens da modernidade. Participavam de momento inacreditável no sertão, egressos de caminhos contrários: "um, da ordem política oficial ao sertão concreto, e o outro, do mandonismo local costumeiro à nova ordem institucional do julgamento" (RONCARI, 2004: 338-9). No entanto, apenas uma das forças poderia permanecer ocupando aquele espaço que era o sertão. Isso nos diz Márcio Freire:

> Zé Bebelo é "anulado", "eliminado", morto política e socialmente como herói portador e representativo de outro papel ideológico para o sertão ao ser afastado, "excluído", pelo exílio, por manifestar opiniões contrárias ao status quo vigente, que dá sustentação a esses homens, a esse estado de coisas. O exílio é, também, a afirmação de suas resistências a esse status quo e de sua insistência na viabilização de seus princípios políticos, dizendo um não à realidade que impera no sertão, realidade onde e contra a qual foram forjados seus projetos. O desterro, nesse caso, constitui-se, simultaneamente, a rejeição e a derrota de seus projetos políticos para o sertão (FREIRE, 2004: 137).

Em *Grande Sertão: Veredas* temos Riobaldo narrando suas aventuras jagunças em retrospectiva. Portanto, a temporalidade da obra gira em torno de dois momentos: de um lado, as estórias recuperadas do narrador-protagonista indicam o período final da Primeira República, ao passo que o presente da narração – quando Riobaldo já se encontra aposentado da jagunçagem – indica certa proximidade à época em que se deu a escrituração do romance. Entendemos que tenha ficado claro o fato de que a República Velha configurou um período de alianças escusas entre poder público e mando indistinto dos coronéis locais, de modo que o poder central não se constituiu como força independente do mandonismo. Entretanto, começa a tatear formas de diluição desse poder inspirado no mandonismo dos grandes chefes locais, representativos, ainda que no meio republicano, das velhas forças do latifúndio;

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

em todo caso, o poder central mantém-se atrelado de forma indireta a estas forças, delas extraindo seus representantes públicos.

A partir da projeção alegórica de um *mundo-jagunço*, Guimarães Rosa subtrai do cerne dos eventos a parte mais poderosa. Enfim, as estórias contadas por Riobaldo encontram seu lugar não na cidade – princípio civilizado –, mas no sertão, espaço em transformação. Cria de tal forma, a partir de um contexto de arranjos pessoais e justiça de mãos próprias, que estavam em jogo, um princípio de esclarecimento entre jagunços, concorrendo para julgar as ações de um homem ligado a tudo que se refere ao espaço urbano – dito civilizado.

A invenção perpetrada pela narrativa rosiana atualiza o que existe de arcaico no sertão, recriando um tribunal – elemento associado com uma mentalidade moderna – num espaço historicamente marcado pela tradição. A implantação de instituição condizente com uma racionalidade moderna, como no julgamento de Zé Bebelo, sob a gerência de elementos ligados a valores tradicionais, participa do movimento de alegorizar a realidade de um país cuja modernidade é constitutivamente atrasada.

O pressuposto ficcional dessa tensão entre ordem e desordem, urbano/civilizado e rural/bárbaro iniciada já nos tempos da República Velha, ganha contornos mais nítidos na mente de Rosa, se pensarmos no contexto brasileiro da década de 50, em que os temas da modernização do país e do desenvolvimento que se quer levar ao interior tornam-se constantes no cotidiano político nacional. Dessa maneira, o contexto nacional antepunha estas questões ao escritor que as converte em narrativa épica, alegorizando os receios e esperanças face à incorporação do sertão e do conjunto do Brasil à modernidade.

Brasil e sertão, espaços que convivem e refletem o atraso e desejo de progresso, marcados que estavam – estão? – por muitas insuficiências e onde a modernidade está por cumprir até em questões básicas. Riobaldo se converte, então, em alegoria de uma realidade contraditória, desejosa de harmonizar os contrários. Não no sentido do moderno/progresso sufocar o atraso/tradicional ou este a aquele, mas antes, que se permitam conviver, aceitando-se reciprocamente. Por isso, Guimarães Rosa afirma em entrevista a Günter Lorenz que "Riobaldo é o sertão feito homem. [...] melhor, é apenas o Brasil" (LORENZ, 1983: 95-96).

Referências Bibliográficas

ABENSOUR, Miguel. *O Heroísmo e o Enigma do Revolucionário*. In: NOVAES, Adauto (org.) **Tempo e História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ARRIGUCCI JR., D. *Romance e experiência em Guimarães Rosa*. **Novos Estudos Cebrap** (São Paulo), n.40, nov. 1994.

BRANCO, Ana Lúcia. *Discurso transculturador: uma travessia inconclusa a respeito da transculturação em Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa*. **Rev. Travessias**, n. 1, p. 5. Disponível em www.unioeste.br/travessias.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.
CANDIDO, Antônio. *O homem dos avessos*. IN **Tese e Antítese**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006a.

_____. *Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*. In **Vários Escritos**. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2004, p. 113.

_____. *O super-realismo de Guimarães Rosa*. **Jornal da USP**. 15 a 21 de maio de 2006b, ano XXI no.763. não paginado.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro**. Vol. 2, São Paulo: Editora Globo, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa/coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos... [et al.]. 4. ed. ver. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Márcio. *Exílio e morte social em Grande Sertão: Veredas*. **VÉRTICES**, v. 6, n. 2, maio/ago. 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1986.

_____. **Guimarães Rosa**. São Paulo : Publifolha, 2000. – (Folha explica).

ISER, Wofgang. Atos de fingir. In: _____. O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 13-37.

LEONEL, M.C.; SEGATTO, J.A. *Alegoria e política no sertão rosiano*. In **A poética migrante de Guimarães Rosa**/Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MELO, Evaldo Cabral de. *Folha de S. Paulo, Mais!*, 17 set. 2000, p. 14-6.

MELLO, Maria Tereza Chave de. *A bela paz doméstica vai por água a baixo: a desafeição ao regime e a dessacralização do monarca*. In **A República Consentida**. Rio de Janeiro: FGV/EDUR, 2007.

PACHECO, Ana Paula. *Jagunços e homens livres pobres: O lugar do mito no Grande sertão*. **Novos Estudos Cebrap**, n. 81, jul. 2008.

PASTA JR., José Antonio. *Temas do Grande sertão e do Brasil*. **Novos Estudos Cebrap**, nº 55, nov. 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Apresentação do dossiê "História Cultural & Multidisciplinaridade"*. In **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 4, ISSN: 1807-6971.

QUEIROZ, Maria José de. **Os males da ausência ou a literatura do exílio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

RESENDE, Mª Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o Liberalismo oligárquico*. In DELGADO, Lucilia de A. Neves (org.). **O tempo do Liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RONCARI, Luiz. **O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SILVA, Marcelo José da. *O Julgamento de Zé Bebelo: uma representação clássica no sertão*. **Encontro Regional da ABRALIC 2007: Literaturas, Artes, Saberes**. USP – São Paulo, Brasil, 23 a 25 de julho de 2007.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Grande Sertão: Brasil. Veredas de política e ficção**. *XXII Encontro* ANPOCS (*Caxambu/MG, 1998*). Disponível em: http://www.fortunecity.com/meltingpot/peacock/1000/98gt10.htm.

---

[i] Luiz Roncari percebe nas três primeiras obras de ficção do escritor – Sagarana (1937), Corpo de Baile e Grande Sertão: Veredas (1956) – a conformação de uma visão de nossa formação político-social definida do ponto de vista do "conservadorismo crítico", que propõe "a harmonização das forças contrárias, como modo de solução" para os impasses sociais e políticos que afetam a nação.
[ii] Grande Sertão: Veredas, romance de Guimarães Rosa será indicado, quando citado, daqui por diante pela abreviatura **GSV** seguido da numeração da página.
[iii] Essa ordem, verificada no relato de Selorico Mendes, não era a de bandos errantes de homens livres, como os do cangaço do Nordeste, mas de milícias de grandes proprietários e de famílias tradicionais, que tinham sobrenome e títulos da antiga Guarda Nacional, inclusive o Neco, que ele faz questão de nomear com nome e sobrenomes: Manoel Tavares de Sá. Ela, vista pelo

prisma nostálgico e idealizante de um sobrevivente, era a velha ordem patriarcal e tradicional. Com a República, o exercício do poder privado no Brasil sofre uma reconfiguração em função do federalismo; tal como ordenamento político republicano, trata-se do coronelismo. Fenômeno novo na política brasileira, o coronelismo não se confunde com as práticas históricas – lutas de família e o mandonismo local – de exercício do poder privado no Brasil. "Essas são práticas que atravessam a história do Brasil colonial e imperial. O coronelismo demarca uma mudança qualitativa na tradicional dominação do poder privado. Embora também uma forma de exercício de poder privado, ele não é uma prática. O coronelismo tem uma identidade especifica, constitui um sistema político e é um fenômeno datado". (RESENDE, 2003: 96).

[iv] Uma das acepções da expressão cafarnaúm, usada neste trecho da fala de Riobaldo para descrever o acampamento de seu antagonista Hermógenes, significa exatamente depósito de coisas velhas. Provavelmente, isto deixa entrever numa leitura mais atenta, como essa que hora fazemos, que esta pode efetivamente ser uma referência a uma posição assumida pelo narrador-protagonista, opondo-se a desordem (outra acepção desta expressão) e ao que representa valores arcaicos. Na sequência de sua fala, utiliza estes termos para compor o quadro do lugar: "Moxinife de más gentes, *tudo na deslei* da jagunçagem bargada", mostrando Riobaldo que a ausência de lei que aparentava haver no lugar o incomodava, identificando claramente a jagunçagem com a desordem, artifício para indicar a presença de más gentes. (FERREIRA, 2001: 118).

[v] Walnice Nogueira Galvão se reporta a esta canção nestes termos: É antes uma canção sumamente ambígua, que faz a descrição espacial do movimento contraditório e indeciso do sujeito; e, por isso, bastante representativa tanto da condição jagunça como das oscilações de Riobaldo. (Cf. GALVÃO, 1986: 110).

[vi] Limeira Tejo descreve como os membros das famílias agrárias erigiam-se em continuadores do passado e de seus antecessores, e como, para afirmar o que se constituía numa marca fundamental de suas personalidades, ostentavam os objetos e propriedades herdadas: "possuir terras herdadas era sinal de nobreza, devendo o domínio continuar indivisível nas mãos da descendência. Mantinha-se assim o orgulho das linhagens diretas, e o respeito hierático, levado pela sociedade patriarcal desaparecida. Houve como que uma identificação da terra com a família, realizando-se uma espécie de culto aos antepassados, impregnado de um certo animismo fetichista, na representação das pessoas desaparecidas, pelas coisas que lhe pertenceram. Quando morria o chefe, os seus objetos passavam na ordem da importância, isto é, da idade, às gerações dos filhos e dos netos. [...] O mesmo acontecia com os pertences da cabeça feminina do casal, que iam parar nas mãos das filhas e netas, desde de as jóias antigas, pesadonas, ofuscantes, até as almofadas de bilros para fazer rendas. E foi a propriedade territorial, mantida apesar de irreprodutiva, o elemento da articulação entre os dois mundos, o elemento mesmo de imposição do interesse moral da ordem antiga sobre a nova, alimentando as famílias já urbanizadas o orgulho do seu passado rural e aristocrático. Esse orgulho, no entanto, está muito longe de ser compreendido como uma arrogância – e deve ser entendido como uma satisfação quase ingênua de pertencer às linhagens históricas da região" (VIANNA, 1949 apud RONCARI: 289-290).

[vii] Durante o processo de transculturação, ainda segundo acepções de Angel Rama, observam-se destruições, absorções e afirmações de valores e elementos em ambas as culturas envolvidas. É exatamente nessa perspectiva que se encaixa, segundo Bronislaw Malinowski, a transculturação, implicando em um processo em que ambas as partes da equação são modificadas; "um processo no qual emerge uma nova realidade, composta e complexa, uma realidade que não é uma aglomeração mecânica de caracteres, nem sequer um mosaico, mas um fenômeno novo." (Apud BRANCO, 2007: 5). Cf. RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

[viii] O processo de montagem e de adaptação do tribunal do Grande Sertão à hierarquia e aos valores dos homens do lugar, aos seus usos e costumes, contrasta fortemente com toda a história institucional brasileira, sempre ágil em copiar e imitar os modelos externos, geralmente pouco condizentes com a realidade do país, para onde foram transplantados.

[ix] A manifestação dos jagunços, que é descrita pelo narrador, ocorre durante todo o tempo da ação do julgamento. O "povaréu", formado pelos jagunços, desempenha um papel importante na representação. Suas reações preenchem os silêncios. Através delas o leitor é levado a dimensionar a ação que se passa no centro do círculo, transformando a narração em visualização.

[x] Essa concepção autoritária-conservadora de Governo pode ser percebida no pensamento de homens como Alberto Torres e Azevedo Amaral, impregnados muitas vezes de certo racismo. Acompanhemos o que diz Amaral sobre a liderança das elites (oligarquias): "As oligarquias constituíam verdadeiras expressões de reação orgânica da sociedade no sentido de estabelecer uma forma de ordem política, que substituísse o caos a que fatalmente seríamos arrastados, se não surgissem núcleos de força para orientar coletividades incapazes de seguir diretrizes próprias no jogo das instituições, que não conseguiam assimilar e que a grande maioria de seus membros não podia sequer compreender". (AMARAL, 1938, apud FAORO, 2004: 654).

[xi] Quem tem chefe não delibera, ouve e executa ordens. O dissenso não se abrigará na liberdade reconhecida de opinião, senão que caracteriza a traição, sempre duramente castigada. O coronel é, acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito. A hierarquia abranda-se, suavizando-se as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado. O compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos. (FAORO, 2004: 634).

[xii] A partir da década de 1920, o governo federal intensifica sua política de centralização em beneficio da diminuição do poder dos coronéis a nível local. A nomeação de intendentes, eletivos apenas os conselhos municipais, resultou em criar, á margem dos chefes locais, uma teia governamental autônoma. Raimundo Faoro esclarece nestes termos: "Para as autoridades estaduais, bem como para os delegados do governo federal, os reatores não passam de jagunços armados, bandoleiros, que sempre existiram em certa zona do sertão baiano, fazendo, de vez em quando, incursões nas localidades onde possam satisfazer seus instintos de pilhagem, agora insuflados e aproveitados pelas facções oposicionistas, que lhes forneceram armas, munições e dinheiro, impelindo-os ao saque de cidades abertas, e arregimentado-as para a luta armada contra autoridades constituídas dos municípios, com manifesta perturbação da ordem e tranqüilidade públicas. As próprias classes conservadoras [...] alarmam-se. Todos pedem a intervenção federal, que o presidente Epitácio Pessoa concede para garantir a situação reinante, com o malogro dos revolucionários. O espectro de Antonio Conselheiro não era de molde a admitir a vitória dos sertanejos contra o governo constituído. *A política dos governadores*, agora bordada de iluminuras jurídicas, afirma-se, ainda uma vez. [...] A presença corretora da União, afastando a oligarquia, não evocaria o coronel, num comando central, ao estilo monárquico?" (FAORO, 2004: 644-5.) Proponho um questionamento: não estaria Joca Ramiro tentando articular este governo central (oposicionista) sob a batuta de outros coronéis, já citados nesta pesquisa, contrários a política de centralização e modernização do sertão?

[xiii] O exílio exerce aqui sua função histórica de *afastar/excluir/eliminar grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao 'status quo', lutam para alterá-lo* (ROLLEMBERG, 1999, apud FREIRE, 2004: 137). Cf. QUEIROZ, 1998.